



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C Ó R D ã O Nº 232

Feito : Processo Nº 423/91-TCE/ACRE

Relator: Conselheiro HÉLIO SARAIVA DE FREITAS

Assunto: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO E O Dr. FRANCISCO NEVES DE SOUZA.

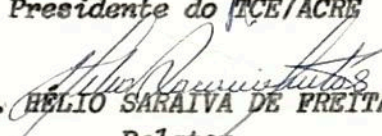
Contrato celebrado em 01 de maio de 1990 , entre a Secretaria de Indústria e Comércio e Dr. FRANCISCO NEVES DE SOUZA, objetivando a prestação de serviço de assessoria técnica, no valor de Cr\$ 440.832,00 - considerando nulo o contrato e a despesa decorrente , assinado prazo ao Ordenador da Despesa, à época, para devolução aos cofres do Estado , da quantia indevidamente paga, corrigida monetariamente

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 423/91, acima indicado, **A C O R D A M** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, por maioria, acolher o voto do Conselheiro Relator, parte integrante da decisão, pela nulidade do Contrato, em exame e a despesa dele decorrente, assinado o prazo de trinta (30) dias, ao Secretário de Estado da Indústria e Comércio, à época, **ORLANDO SABINO DA COSTA FILHO**, para restituir aos cofres do Estado, o valor de Cr\$ 762.329,00 (setecentos e sessenta e dois mil, trezentos e vinte e nove cruzeiros), indevidamente paga ao contratado, devidamente corrigido monetariamente com base em índice oficial, ou apresentar defesa, querendo, de tudo ciente esta Corte de Contas, Vencidos, em parte, os Conselheiros **ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE** e **VALMIR GOMES RIBEIRO**, que votaram pela devolução da quantia paga, a maior e pelo reconhecimento do serviço prestado ao Estado.-----

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco, 10 de setembro de 1992.

Cons. JOSÉ EUGÊNIO DE LEÃO BRAGA  
Presidente do TCE/ACRE

Cons.   
HÉLIO SARAIVA DE FREITAS  
Relator

Fui presente:

  
FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE  
Procurador-Chefe do Ministério Público Especial

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

ACÓRDÃO Nº 222

Relatório: Conselho Administrativo de Recursos

Assunto: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO FIRMADO ENTRE

A SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO E O DR. FRANCISCO WILSON DE SOUZA.

Convenção celebrada em 21 de maio de 1982, entre a Secretaria de Indústria e Comércio e o Dr. Francisco Wilson de Souza, para prestação de serviços de assessoramento técnico, no valor de Cr\$ 448.822,00 - correspondente ao mês de contrato e a despesa decorrente, inscrita no livro de registro de despesas, e a ser paga em parcelas mensais, a serem fixadas pelo Conselho Administrativo de Recursos, para avaliação dos serviços prestados, sob a condição de que, após a avaliação, o valor a ser pago seja superior ao valor de 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE	
Este documento foi publicado na	
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº	5874
de 24 / 09 / 1982	
<i>Ante</i>	
Secretaria do Plenário	

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre, em 24 de maio de 1982.

Dr. Manoel, 12 de setembro de 1982.

Com. JOSÉ AUGUSTO DE LIMA BRAGA  
Presidente do Conselho

Com. PAULO AUGUSTO DE LIMA  
Relator

Ass. Presidente

ESCRITÓRIO DE OLÍMPIA GOMES

Procurador-Geral do Ministério Público Especial



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE



PROCESSO Nº 423/91

RELATOR: CONSELHEIRO HÉLIO SARAIVA DE FREITAS

ASSUNTO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO E O SR. FRANCISCO NEVES DE SOUZA

R E L A T Ó R I O

Refere-se o presente processo a contrato de prestação de serviço e assessoramento técnico, celebrado entre a Secretaria de Indústria e Comércio e o Sr. Francisco Neves de Souza.

O prazo contratual ajustado foi de doze meses, a contar de 01.05.90 e o pagamento mensal acertado foi de Cr\$ 55.104,00 (CINQUENTA E CINCO MIL CENTO E QUATRO CRUZEIROS).

Autorizada a inspeção, foi designado o Assessor Técnico Jurídico, Bel. Mário Izidio dos Santos, que apresentou o relatório constante das fls. 13/16 do processo em tela.

Obedecendo despacho do Conselheiro Presidente, José Eugênio de Leão Braga, o processo em foco foi distribuído para este relator em 12/09/91, que, em despacho proferido em 16/09/92, enviou o mesmo ao M.P.E. para as medidas de praxe.





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

3.2  
604



Face a existência de dois relatórios técnicos sobre o mesmo assunto, o Procurador-Chefe do M.P.E. sugeriu o encaminhamento ao DAFO para que este se posicionasse.

Dirimida a dúvida que se apresentava, o processo retornou a este relator, que em 03.12.91 o encaminhou ao M.P.E.

Veio aos autos o parecer do M.P.E. Nº 205 de fls. 22.

Em 18.02.91, foi remetido ofício notificadorio ao titular da Secretaria de Indústria e Comércio, para apresentação de defesa, se o desejasse.

Em razão do recesso e férias regulamentares do relator, o processo foi devolvido à Secretaria das Sessões em 23.12.91, onde ficou parado até o retorno do relator, em 01.04.92, data em que me foi devolvido o processo acima citado.

Em 28.04.92, o M.P.E. ratificou o parecer de fls. 22.

É o relatório.

Rio Branco, 13 de maio de 1992.

*Hélio Sarinira de Freitas*  
Conselheiro Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

33  
Luj

: VOTO



Vistos, analisados e relatados estes autos, embasado no relatório técnico, emitido pelo Assessor Técnico Jurídico, Mário Izídio dos Santos, constante de fls. 12/16, observa-se que o contrato de prestação de serviços celebrado entre a Secretaria de Indústria e Comércio e o Sr. Francisco Neves de Souza, apresenta flagrantes irregularidades desde sua formalização. Reduzido em três cláusulas, em que os contratantes preveem apenas o objeto, o preço e o prazo, os contratantes desprezaram a inserção de outras cláusulas de que deve ser revestido todo contrato de interesse público.

O prazo estipulado para a prestação dos serviços foi de doze meses e previa o pagamento de parcelas mensais de Cr\$ 55.104,00 (CINQUENTA E CINCO MIL CENTO E QUATRO CRUZEIROS). O contratado, entretanto, afastou-se por livre e espontânea vontade quando completou oito meses, tendo recebido no período Cr\$ 762.329,00 (SETECENTOS E SESSENTA E DOIS MIL TREZENTOS E VINTE E NOVE CRUZEIROS) e não Cr\$-440.832,00 (QUATROCENTOS E QUARENTA MIL OITOCENTOS E TRINTA E DOIS CRUZEIROS), como seria devido, pois a cláusula segunda do contrato não estipulava reajuste.

Ressalte-se ainda, que o pagamento realizado ao contrato foi classificado em elemento de despesa inadequado.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE



Às fls. 22, o Ministério Público Especial manifesta-se e reconhece a existência de erros formais no contrato principal e atos acessórios que originaram o presente processo.

Em assim sendo, voto no sentido de transformar o julgamento em diligência a fim de que o órgão competente deste Tribunal de Contas proceda a citação do Sr. ORLANDO SABINO DA COSTA FILHO, ex-Secretário Estadual de Indústria e Comércio, contratante e ordenador de despesa, a que se refere o feito, na forma regimental.

É assim que voto.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, em Rio Branco-Acre, 21 de maio de 1992.

*Hélio Saraiva de Freitas*  
Conselheiro Relator



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO 423/91

**ASSUNTO:** CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E ASSESSORAMENTO TÉCNICO FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO E O SR. FRANCISCO NEVES DE SOUZA.

**RELATOR:** CONSELHEIRO HÉLIO SARAIVA DE FREITAS

### CONCLUSÃO E VOTO

O presente processo foi julgado por este TCE/AC, em data de 21 de maio de 1992. Decidindo-se, nos termos do voto do Relator, transformar o julgamento em diligência para citação do Sr. ORLANDO SABINO DA COSTA FILHO, contratante e ordenador de despesa da Secretaria de Indústria e Comércio à época, na qualidade de Secretário (doc. de fls. 30).

Baixado o processo em diligência, foi o Sr. Orlando sabino da Costa Filho, citado através de mandado assinado pelo Exmo. Sr. Presidente deste Tribunal (doc de fls. 37).

A resposta veio através dos documentos de fls. 39/40.

As alegações apresentadas pelo ex-secretário não atendem as exigências legais pelos fatos que passo a expor:

O contratado, Dr. Francisco Neves de souza, sendo funcionário da Prefeitura Municipal de Rio Branco, não poderia ser contratado pela Secretaria de Indústria e Comércio por se tratar de acumulação indevida de cargo.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Em assim sendo, o contrato está eivado de vício substancial que o invalida para os fins a que se destina.

O contrato para ser válido necessita de agente capaz, objeto lícito e possível e forma prescrita em lei.

Sendo proibida pela Constituição Federal a acumulação de cargo no caso em espécie, nulo, portando, de pleno direito, é o ato contratual que ensejou o pagamento da importância de Cr\$ 762.369, (SETECENTOS E SESSENTA E DOIS MIL TREZENTOS E SESSENTA E NOVE CRUZEIROS), em 8 meses de serviço prestado, quando pelo contrato, deveria o contratado receber apenas Cr\$ 440.832, (QUATROCENTOS E QUARENTA MIL OITOCENTOS E TRINTA E DOIS CRUZEIROS).

O ato nulo não gera direito e os efeitos dele decorrentes produziram danos ao erário público. A lei é clara ao declarar "aquele que comete o dano está na obrigação de ressarcir-lo".

Isto posto, o argumento apresentado pelo ex-secretário, ORLANDO SABINO DA COSTA FILHO, buscando justificar o erro é totalmente improcedente.

A lei e as normas regedoras das atividades administrativas devem ser fielmente obedecidas por aqueles que tem a obrigação de fazer ou deixar de fazer.

Em assim sendo, **voto** no sentido de que seja devolvida, pelo Sr. ORLANDO SABINO DA COSTA FILHO, no prazo de 30 dias, aos cofres do Estado a importância indevidamente paga, apurada no processo, no valor de Cr\$ 762.329, (SETECENTOS E SESSENTA E DOIS MIL TREZENTOS E VINTE E NOVE CRUZEIROS), acrescida de juros e correção monetária. Concedendo-se amplo direito de defesa, que deverá ser exercido no prazo de 30 dias após a publicação do acórdão no D. O. E..

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, 10 de setembro de 1992.

  
Hélio Saratã de Freitas  
Conselheiro